

FH fecha com aliados regras para 98

Presidente usaria o número 45, do PSDB, participando de inaugurações de obras na campanha

Gustavo Miranda

Denise Rothenburg

BRASÍLIA

Pouco antes de discutir com os ministros o cronograma de inaugurações das obras do programa Brasil em Ação, o presidente e candidato Fernando Henrique Cardoso se reuniu ontem no Planalto com os líderes dos partidos aliados para tratar da lei que ditará normas da campanha eleitoral do próximo ano. A intervenção do presidente nas disputas entre PSDB, PFL e PMDB deve resultar num acordo para que Fernando Henrique concorra com o número do PSDB, o 45, e possa participar de inaugurações durante todo o período eleitoral. O presidente obteve, ainda, o compromisso dos líderes de que trabalhariam para reduzir a campanha de rua de 90 dias para 60.

O líder do Governo, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), abriu a reunião e expôs os pontos de interesse do Governo. Mas, em todos os tópicos o presidente deu sua opinião. A pedido do líder tucano, Aécio Neves (MG), o número do candidato, motivo de disputa com o PFL, foi o primeiro assunto abordado.

— Alguém aqui vê problema em que eu use o número 45? — disse o presidente, obtendo o constrangido apoio de todos, inclusive do líder pefelista na Câmara, Inocêncio de Oliveira (PE).

Geddel: governadores do PMDB também querem inaugurar obras

Regras como o uso do avião presidencial e do carro oficial, desde que ressarcindo ao Tesouro o equivalente ao aluguel dos veículos, e a presença do presidente e dos governadores em inaugurações não provocaram polêmicas. O líder do PMDB, Geddel Vieira Lima (BA), disse ser pessoalmente a favor da proposta, mas explicou que o relator, deputado Carlos Apolinário (PMDB-SP), não abre mão desse ponto e sustenta que a proibição da presença de candidatos à reeleição em inaugurações é o coração do projeto. Geddel deixou claro que a proibição pode cair no plenário e que não deve ter apoio de todo o PMDB, que tem nove governadores interessados em se reeleger e apresentar obras na campanha. Fernando Henrique disse:

— Não é eu ir ou não às inaugurações que vai me prejudicar ou me ajudar. Não vejo problemas nisso — depois apoiou a posição do PFL e do PSDB, favoráveis à sua participação nessas solenidades.

Quando discutiram a campanha de rua e o prazo final para as convenções partidárias que escolherão os candidatos, os líderes descartaram a proposta de Apolinário, que prevê o início da campanha em 5 de julho, quando a Copa do Mundo estará a pleno vapor. O presidente fez uma brincadeira, ao defender que as convenções fossem entre 1º e 31 de julho, o que atingiria o objetivo de encurtar a campanha:

— Campanha em julho, só se acertasse com o Havelange (o presidente da Fifa) para tirar o Brasil da Copa — disse.

Distribuição de tempo na TV e tempo de campanha, dois problemas

Dos pontos discutidos, o mais polêmico é a distribuição do horário eleitoral gratuito entre os partidos. Nisso o presidente não interferiu. O PMDB defendeu a distribuição de acordo com a bancada de cada partido em fevereiro de 1995, época da posse dos atuais parlamentares. PFL e PSDB insistem em que seja pelo número de deputados de cada legenda um ano antes da eleição. Como ninguém cede, o assunto irá para plenário sem acordo. Sobre a duração da campanha na TV também não houve acordo: o PFL quer reduzir o período do horário eleitoral gratuito a 30 dias, mas PMDB e PSDB querem 45 dias.

A oposição reclamou da reunião:

— Ele (Fernando Henrique) perdeu a capacidade de se enrubescer. Nada faz mais vergonha do que o presidente candidato convocar líderes para discutir regras da eleição. É uma fraude prematura — disse Marcelo Déda (PT-SE).

O relator Apolinário também não gostou. Ele não foi convidado porque os governistas não gostaram da brincadeira que fez a respeito do número com que Fernando Henrique poderia disputar a eleição, 171, numa referência ao artigo do Código Penal que tipifica o estelionato. Mas não deixou por menos:

— Não fui convidado e mesmo que fosse não iria. Não estou fazendo uma lei para o Fernando Henrique. Estou fazendo uma lei para o país. Ele como político deve discuti-la com quem quiser, não com o relator — disse Apolinário.



FERNANDO HENRIQUE discursa na reunião com os ministros envolvidos no cronograma de inauguração de obras do projeto Brasil em Ação